



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**PAUTA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**9º REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA**

**08 DE DEZEMBRO DE 2014**

**MENSAGENS**

**01- PROJETO DE LEI 504/2014 - Mensagem nº 119/2014**

**Autor: Poder Executivo**

*Criação do Fundo Rotativo da Polícia Científica do Paraná.*

**RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA**

**02- PROJETO DE LEI 505/2014 - Mensagem nº 121/2014 **\*\*REGIME DE URGÊNCIA\*\*****

**Autor: Poder Executivo**

*Dá nova redação ao art. 7º da Lei nº 17.627, de 17 de julho de 2013, que institui o Programa de Recuperação de Créditos objetivando a renegociação de dívidas de mutuários inadimplentes da Companhia de Habitação do Paraná - COHAPAR, e adota outra providência.*

**RELATOR: DEP. PEDRO LUPION**

**\*\*NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

**LEI N. 17.627/2013. Súmula: Súmula:** Institui o Programa de Recuperação de Créditos a ser desenvolvido pela Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, doravante denominada COHAPAR.

**Art. 7º.** A concessão dos benefícios de que trata a presente Lei será concedida uma única vez por imóvel e por beneficiário, desde que este não seja parte de ações judiciais em que a COHAPAR figure em um dos polos processuais.

**§ 1º.** Pelos beneficiários que figurarem em eventuais ações judiciais e requererem os benefícios da presente Lei, será devido o pagamento das custas e demais encargos, e desistência do processo judicial.

**§ 2º.** Os interessados deverão requerer os benefícios previstos na presente Lei, através de Termo a ser protocolado na COHAPAR, salvo em casos de negociação coletiva proporcionada pela COHAPAR.

**03- PROJETO DE LEI 506/2014 - Mensagem nº 122/2014**

**Autor: Poder Executivo**

*Criação do Conselho Estadual dos Direitos dos Refugiados, Migrantes e Apátridas do Paraná.*

**RELATOR: DEP. PASTOR EDSON PRACZYK**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**04- PROJETO DE LEI 507/2014 - Mensagem nº 125/2014 \*\*REGIME DE URGÊNCIA\*\***

**Autor: Poder Executivo**

*Autoriza o Poder Executivo contratar operação de crédito externo, na forma que indica e dá outras providências.*

**RELATOR: DEP. FERNANDO SCANAVACA**

**05- PROJETO DE LEI 510/2014 - Mensagem nº 130/2014 \*\*REGIME DE URGÊNCIA\*\***

**Autor: Poder Executivo**

*Transforma a Secretaria de Estado da Segurança Pública em Secretaria de Estado da Segurança Pública e Administração Penitenciária e dá outras providências.*

**RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO**

**06- PROJETO DE LEI 511/2014 - Mensagem nº 129/2014 \*\*REGIME DE URGÊNCIA\*\***

**Autor: Poder Executivo**

*Instituição de Contribuição Previdenciária para os aposentados e pensionistas do Regime Próprio de Previdência Social do Estado, alteração de dispositivos da Lei nº 17.435, de 21 de dezembro de 2012 e adoção de outras providências.*

**RELATOR: DEP. LUIZ CLÁUDIO ROMANELLI**

**\*\*NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

**LEI N. 17.435/2012. Súmula:** *Dispõe sobre a reestruturação do Plano de Custeio e Financiamento do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Paraná e dá outras providências.*

**07- PROJETO DE LEI 512/2014 - Mensagem nº 128/2014 \*\*REGIME DE URGÊNCIA\*\***

**Autor: Poder Executivo**

*Cria o Instituto Paranaense de Desenvolvimento Educacional, e dá outras providências.*

**RELATOR: DEP. TERCÍLIO TURINI**

**08- PROJETO DE LEI 513/2014 - Mensagem nº 127/2014 \*\*REGIME DE URGÊNCIA\*\***

**Autor: Poder Executivo**

*Alteração de dispositivos da Lei nº 11.580, de 14 de novembro de 1996, e da Lei nº 14.260, de 22 de dezembro de 2003.*

**RELATOR: DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça

**\*\*NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

**LEI N. 11.580/1996. Sumula:** Dispõe sobre o ICMS, com base no art. 155, inc. II, §§ 2º e 3º, da Constituição Federal e na Lei Complementar nº. 87, de 13 de setembro de 1996 e adota outras providências.

**09- PROJETO DE LEI 514/2014 - Mensagem nº 136/2014 **\*\*REGIME DE URGÊNCIA\*\*****

**Autor: Poder Executivo**

*Institui o Regime de Previdência Complementar no Âmbito do Estado do Paraná, fixa o limite máximo para a concessão de aposentadorias e pensões de que tratam os §§ 14 e 15 do art. 40 da Constituição Federal, e dá outras providências.*

**RELATOR: DEP. LUIZ CLAUDIO ROMANELLI**

**\*\*NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

**CONSTITUIÇÃO FEDERAL 1988:**

Art. 40. Aos servidores titulares de cargos efetivos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, incluídas suas autarquias e fundações, é assegurado regime de previdência de caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente público, dos servidores ativos e inativos e dos pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial e o disposto neste artigo. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003\)](#)

§ 14 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, desde que instituíam regime de previdência complementar para os seus respectivos servidores titulares de cargo efetivo, poderão fixar, para o valor das aposentadorias e pensões a serem concedidas pelo regime de que trata este artigo, o limite máximo estabelecido para os benefícios do regime geral de previdência social de que trata o art. 201. [\(Incluído pela Emenda Constitucional nº 20, de 15/12/98\)](#)

§ 15. O regime de previdência complementar de que trata o § 14 será instituído por lei de iniciativa do respectivo Poder Executivo, observado o disposto no art. 202 e seus parágrafos, no que couber, por intermédio de entidades fechadas de previdência complementar, de natureza pública, que oferecerão aos respectivos participantes planos de benefícios somente na modalidade de contribuição definida. [\(Redação dada pela Emenda Constitucional nº 41, 19.12.2003\)](#)

**10- PROJETO DE LEI 515/2014 - Mensagem nº 135/2014 **\*\*REGIME DE URGÊNCIA\*\*****

**Autor: Poder Executivo**

*Nova redação às alíneas “a” e “b” do inciso I do art. 3º da Lei nº 12.020, de 09 de janeiro de 1998, que instituiu o FUNDO PARANÁ, destinado a apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Paraná.*

**RELATOR: DEP. BERNARDO CARLI**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**\*\*NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

**LEI N. 12.020/1988. Sumula:** Institui o FUNDO PARANÁ, destinado a apoiar o desenvolvimento científico e tecnológico do Estado do Paraná, nos termos do art. 205 da Constituição Estadual e adota outras providências.

**Art. 3º.** Constituirão recursos do FUNDO PARANÁ:

*I - 2,0% (dois por cento), no mínimo, da receita tributária do Estado, anualmente, a partir da data de promulgação desta Lei, a serem transferidos:*

*a) 1% (um por cento), no mínimo, em conta vinculada ao FUNDO PARANÁ;  
(Redação dada pela Lei 15123 de 18/05/2006)*

*b) 1% (um por cento) para financiar pesquisas nas Instituições de Pesquisa do Estado do Paraná, IAPAR, Universidades Estaduais e TECPAR, devendo o percentual de cada uma das entidades ser definido pelo CCT PARANÁ e aprovadas pelo Governador do Estado. (Redação dada pela Lei 15123 de 18/05/2006)*

**11- PROJETO DE LEI 516/2014 - Mensagem nº 134/2014 \*\*REGIME DE URGÊNCIA\*\***

**Autor: Poder Executivo**

*Alteração do âmbito da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral e da Casa Civil.*

**RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO**

**12- PROJETO DE LEI 518/2014 - Mensagem nº 142/2014 \*\*REGIME DE URGÊNCIA\*\***

**Autor: Poder Executivo**

*Altera § 2º do art. 2º e o art. 3º da Lei nº 17.194, de 21 de junho de 2012, que trata da concessão de subvenção para a execução de ações dos Programas Habitacionais de Interesse Social desenvolvidos pela Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR.*

**RELATOR: DEP. PEDRO LUPION**

**\*\*NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

**LEI N. 17.194/2012. Súmula:** *Súmula: Autoriza o Poder Executivo Estadual a conceder subvenção para execução de ações dos Programas Habitacionais de Interesse Social desenvolvidos pela Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR.*

**Art. 2º** *Os recursos previstos no caput deste artigo destinam-se a programas habitacionais que envolvam a produção e aquisição de novas unidades habitacionais, requalificação, ampliação, melhorias e reformas de imóveis urbanos e rurais, equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanização destinados a famílias com renda mensal*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*

*de até 06 (seis) salários mínimos nacional, bem como o desenvolvimento do Programa Estadual de Habitação de Interesse Social.*

**§ 1º** *A subvenção poderá ser aplicada nos empreendimentos em produção, mediante compensação de eventual benefício já obtido.*

**§ 2º** *Os recursos previstos serão repassados para a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR, depositado em conta vinculada devidamente remunerada, em instituição financeira oficial, mediante convênio ou instrumento congênere.*

**§ 3º** *A instituição financeira deverá disponibilizar relatórios com informações dos saques efetuados sempre que solicitados.*

**§ 4º** *Os convênios ou instrumentos congêneres previstos neste parágrafo não poderão prever cobrança de taxa de administração quando representar ônus para o beneficiário final.*

**§ 5º** *A concessão da subvenção de que trata a presente Lei será concedida uma única vez por imóvel e por beneficiário.*

**Art. 3º** *Para utilização dos recursos, a Companhia de Habitação do Paraná – COHAPAR formalizará convênios ou instrumentos congêneres*

---

**13- PROJETO DE LEI 519/2014 - Mensagem nº 141/2014 \*\*REGIME DE URGÊNCIA\*\***

**Autor: Poder Executivo**

*Extingue a Secretaria de Estado do Trabalho, Emprego e Economia Solidária, e adota outras providências.*

**RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO**

---

**14- PROJETO DE LEI 520 /2014 - Mensagem nº 140/2014 \*\*REGIME DE URGÊNCIA\*\***

**Autor: Poder Executivo**

*Institui o serviço social autônomo PALCOPARANÁ, conforme especifica.*

**RELATOR: DEP. BERNARDO CARLI**

---

**15- PROJETO DE LEI 521/2014 - Mensagem nº 138/2014 \*\*REGIME DE URGÊNCIA\*\***

**Autor: Poder Executivo**

*Dispõe que os Fundos que especifica, existente no Estado do Paraná, deixam de ter natureza especial contábil, permanecendo como fontes vinculadas de receita.*

**RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
Comissão de Constituição e Justiça

**16- PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR 17/2014 - Mensagem nº 139/2014 \*\*REGIME DE URGÊNCIA\*\***

**Autor: Poder Executivo**

*Dá nova redação ao art. 2º da lei nº 14.234, de 26 de novembro de 2003, que criou o Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado, e revoga os dispositivos que especifica da Lei Complementar nº 161, de 03 de outubro de 2013.*

**RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI**

**\*\*NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

**LEI N. 14.234/2003. Súmula:** *Cria o Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná, na forma que especifica.*

**Art. 2º.** *O Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado do Paraná tem por finalidade suprir de forma suplementar a Procuradoria Geral do Estado com os recursos financeiros necessários para cumprir a sua política institucional, e, em especial, fomentar a arrecadação da dívida ativa, a capacitação de Procuradores do Estado e demais servidores lotados na Procuradoria Geral do Estado, promover ressarcimentos e indenizações, com as seguintes despesas: [\(Redação dada pela Lei Complementar 161 de 03/10/2013\)](#)*

*I - de custeio, tais como material de consumo, serviços de terceiros, diárias, passagens, despesas com locomoção, entre outras; [\(Incluído pela Lei Complementar 161 de 03/10/2013\)](#)*

*II - de capital, tais como investimento em obras públicas, equipamentos e instalações, material permanente, inversões financeiras, entre outras. [\(Incluído pela Lei Complementar 161 de 03/10/2013\)](#)*

**Parágrafo único.** *O Fundo Especial da Procuradoria Geral do Estado poderá aplicar em despesas de custeio até setenta por cento dos recursos arrecadados. [\(Incluído pela Lei Complementar 161 de 03/10/2013\)](#)*

**LEI COMPLEMENTAR N. 161/2013. Súmula:** *Altera a remuneração da carreira de Procurador do Estado para a forma de subsídio e dá outras providências.*

**17- PROJETO DE LEI 531/2014 - Mensagem nº 144/2014 \*\*REGIME DE URGÊNCIA\*\***

**Autor: Poder Executivo**

*Altera, na forma específica, a Lei nº 17.732, de 28 de outubro de 2013, que institui o Programa de Recuperação dos Ativos oriundos das Operações de Titularidade de Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de Privatização do Banco do Estado do Paraná S.A.*

**RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO**

**\*\*NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

**Lei n. 17.732/2013. Súmula:** *Institui o Programa de Recuperação dos Ativos, oriundos das operações de titularidade do Estado do Paraná, adquiridos por ocasião do processo de privatização do Banco do Estado do Paraná S/A.*



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*

**18- PROJETO DE LEI 532/2014 - Mensagem nº 143/2014 \*\*REGIME DE URGÊNCIA\*\***

**Autor: Poder Executivo**

*Altera na forma específica, a lei nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012, que dispõe sobre normas para licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas do Paraná (Paraná parcerias), e revoga a lei nº 17.904, de 02 de janeiro de 2014.*

**RELATOR: DEP. ADEMAR TRAIANO**

**\*\*NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

**Lei n. 17.046/2012. Súmula:** *Dispõe sobre normas para licitação e contratação de Parcerias Público-Privadas do Paraná (Paraná Parcerias).*

**Lei n. 17.904/2014. Súmula:** *Dispõe sobre a concessão de garantias das obrigações pecuniárias contraídas no âmbito do Programa de Parcerias Público -Privadas do Paraná – PARANÁ PARCERIAS, criado pela Lei nº 17.046, de 11 de janeiro de 2012.*

**19- DUAS EMENDAS DE PLENÁRIO AO PROJETO DE LEI 335/2014 - Mensagem nº 72/2014**

**Autor do Projeto: Poder Executivo**

**Autor da Emenda 01: Dep. Péricles de Mello**

**Autor da Emenda Subst. Geral 02: Dep. Ademar Traiano**

*Estabelece o Estatuto da Pessoa com Deficiência do Estado do Paraná.*

**RELATOR: DEP. PEDRO LUPION**

**PROJETOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA**

**20- PROJETO DE LEI 523/2014**

**Autor: Tribunal de Justiça**

*Estabelecimento de critérios para a cobrança de custas dos serviços judiciais no âmbito dos Juizados Especiais do Estado do Paraná e adoção de outras providências.*

**RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURTI**





Assembleia Legislativa do Estado do Paraná  
Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury  
*Comissão de Constituição e Justiça*

---

**21- PROJETO DE LEI 524/2014**

**Autor: Tribunal de Justiça**

*Alteração do Valor de Referência de Custas (VRC) e das Tabelas do Regimento de Custas, estabelecido na Lei nº 6.149, de 09 de setembro de 1970, e modificações posteriores.*

**RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI**

---

**22- PROJETO DE LEI 525/2014**

**Autor: Tribunal de Justiça**

*Alteração do inciso VII e inclusão do inciso XXV no artigo 3º da Lei nº 12.216, de 15 de julho de 1998, que trata das receitas do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário- FUNREJUS.*

**RELATOR: DEP. ALEXANDRE CURI**

**\*\*NOTA SOBRE A LEI EM DEBATE:**

**LEI N. 12.216/1998. Súmula:** *Cria o "Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário" - FUNREJUS e adota outras providências.*

**Art. 3º.** *Constituem-se receitas do Fundo de Reequipamento do Poder Judiciário: (vide [ADIN 2143-5](#)) (vide [ADIN 2059-5](#))*

....

**VII - 0,2%** (zero vírgula dois por cento) sobre o valor do título do imóvel ou da obrigação nos atos praticados pelos cartórios de protesto de títulos, registros de imóveis e tabelionatos, limitado ao teto máximo de recolhimento para o dobro do valor máximo das custas fixadas no Regimento de Custas, observando-se ainda que: (...).

*(Redação dada pela Lei 17835 de 19/12/2013)*

**a)** os atos que venham a ser praticados pelos órgãos anteriormente referidos não estão sujeitos ao recolhimento cumulativo; *(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)*

**b)** não estão sujeitos ao pagamento: *(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)*

**1.** os atos relativos aos registros das cédulas de crédito rural, os contratos de penhor rural e demais títulos representativos de produtos rurais; *(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)*

**2.** os atos relativos às cédulas de crédito comercial, industrial e de exportação; *(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)*

**3.** os loteamentos urbanos e rurais; *(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)*

**4.** os atos de cancelamento ou baixa de pacto comissório, hipoteca, penhoras e outras garantias; *(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)*

**5.** os atos que dividirem imóveis ou os demarcarem, inclusive nos casos de incorporação que resultarem em constituição de condomínio e atribuírem uma ou mais unidades aos incorporadores; *(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)*

**6.** as convenções antenupciais; *(Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)*





# Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

## Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

### Comissão de Constituição e Justiça

7. os atos referentes ao usufruto e ao uso sobre imóveis e sobre habitação, quando não resultarem de direito de família, desde que os bens não ultrapassem o valor de R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais); (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)
8. os registros dos formais de partilha; (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)
9. os atos sem valores declarados; (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)
10. os atos lavrados com os benefícios da Assistência Judiciária Gratuita e nos termos da Lei nº 1.060/50; (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)
11. os atos acessórios quando da prática de dois ou mais atos concomitantes, no mesmo procedimento; (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)
12. as entidades civis sem fins lucrativos, reconhecidas de utilidade pública e inscritas no cadastro de entidades sociais do Paraná; (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)
13. as novações e as renovações das hipotecas legais, judiciais e convencionais, se realizadas no mesmo exercício financeiro; (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)
14. os atos cartoriais relativos a imóveis urbanos, com área construída de até 70 m2 (setenta metros quadrados), destinados à moradia própria ou à constituição de bens de família; (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)
15. o imóvel comprovadamente destinado à residência do funcionário público; (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)
16. a renovação dos contratos de locação de imóveis, nos quais tenha sido consignada cláusula de vigência no caso de alienação; (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)
17. os atos comprovadamente isentos do ITBI (Imposto sobre Transmissão "inter vivos) de bens imóveis, por ato oneroso) ou do ITCMD (Imposto sobre Transmissão de "causa mortis" e doação de qualquer bens ou direitos); (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)
18. os registros, ainda não formalizados, das escrituras públicas e dos compromissos de compra e venda, lavrados anteriormente à regulamentação da Lei nº 12.216/98, pelo Decreto Judiciário nº 153/99. (Incluído pela Lei 12604, de 02/07/1999)
19. os órgãos públicos federais, estaduais e municipais; (Incluído pela Lei 14596 de 27/12/2004)